

Reflexões acerca das interações entre estudantes indígenas no ensino remoto emergencial e as inferências sócio-históricas

Nádile Juliane Costa de Castro^{*}

Jainara de Souza Araújo^{**}

Raimundo Abreu dos Santos^{***}

Introdução

No ano de 2012 foi publicada a Lei n 12.711/2012, relacionada às cotas sociais e raciais a fim de democratizar o acesso ao ensino superior (BRASIL, 2012). A discussão sobre ingresso gerou muitas polêmicas e, ainda que as universidades tenham se organizado para inserir a Lei, ainda é identificada várias lacunas e questionamentos sobre o tema no âmbito universitário (MATOS *et al.*, 2012; OLIVEIRA *et al.*, 2008; REIS, 2006; SILVA *et al.*, 2022). Outrora, é preciso destacar que, o acesso ao ensino superior permite o ingresso, mas não a permanência, e, portanto, é necessário apontar problemas enfrentados no percurso da inserção da Lei nas instituições (QUEIROZ, 2015; GABRIEL; MOEHLECKE, 2006; TREVISOL; NIEROTKA, 2016).

O acesso ao ensino superior por meio da Lei de Cotas é fato, no entanto é necessário desenvolver ações institucionais para manutenção destes grupos para um maior acesso durante e após o processo seletivo, de modo que o número de evasão

^{*} Graduada em Enfermagem (Escola de Enfermagem Magalhães Barata/UEPA/2007). Doutora em Ciências: socioambientais (NAEA/UFPA/2019). Mestre em Doenças Tropicais (NMT/UFPA/2010). Especialista em Saúde Pública e metodologia do ensino de artes. Docente da Universidade Federal do Pará, lotada no Instituto de Ciências da Saúde por meio da Faculdade de Enfermagem. Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Enfermagem (PPGENF-UFPA).

E-mail: nadiledecastro@ufpa.br

^{**} Graduanda do Curso de Graduação Enfermagem (FAENF/ICS/UFPA). Membro da ASCOM ABEn PA, responsável pela gestão das redes sociais e grupo de pesquisa GTPE-UFPA.

E-mail: jainara.ufpa@gmail.com

^{***} Indígena da etnia Tembé. Acadêmico do Curso da Graduação Enfermagem da Faculdade de Enfermagem, Instituto da Ciência da Saúde, Universidade Federal do Pará (FAENF/ICS/UFPA). Formado em Técnico de Enfermagem pelo Sistema de Capacitação Profissional em Enfermagem (SICAPEN) em 2015. Atua como técnico na CASAI-Icoaraci (DSEI-GUATOC) desde de 2016. Representante do Conselho da CASAI.

E-mail: raymundinhosantos2@gmail.com

diminui no percurso da formação (CAVALCANTI *et al.*, 2019; LOPES *et al.*, 2021; VALÈRIO *et al.*, 2021). Seria necessário, portanto, articulações para manutenção dos discentes, sendo estes auxílios e projetos direcionados e/ou exclusivos aos discentes de ação afirmativa a fim de não reproduzir desigualdades (KARRUZ; MELLO, 2021).

Estudos têm apontado que não somente as questões econômicas devem ser identificadas, mas também os processos sociais, interacionais, assim como o desempenho acadêmico para fins de monitoramento e avaliação (GUARNIERI; MELO, 2013; SENKEVICS *et al.*, 2019). Outro ponto importante são os processos de aprendizagem e acompanhamento criados pelas instituições para produção de conhecimento (LIMA *et al.*, 2018). Destaca-se este ponto, pois há estudos que apresentam experiências com estudantes indígenas (VERA *et al.*, 2011; AMES; ALMEIDA, 2021; LUNA *et al.*, 2021). É necessário observar processos de aprendizagem, protagonismo e interação entre pares para melhora do desempenho acadêmico.

Nota-se que há sinalizações de diferentes desempenhos, assim como há estudos que apontam barreiras para o desenvolvimento satisfatório no ensino superior (GUARNIERI; MELO, 2013). Alguns destes ficaram mais evidentes em função do isolamento social, do fechamento dos centros universitários e dos laboratórios de informática públicos que funcionam dentro das universidades a partir de 2020 com o advento da pandemia da COVID-19 no cenário mundial (CASTIONI *et al.*, 2021; MAGALHÃES, 2021). A condição obrigou muitos alunos a voltarem para suas aldeias e ficarem isolados geograficamente e em muitos casos sem acesso à internet, já que esta tecnologia não é realidade de todos os territórios indígenas.

A mediação por recursos digitais no percurso do ensino e aprendizagem, treinamentos e webinars foram muito utilizados no percurso da pandemia (SILVA *et al.*, 2021; NASCIMENTO *et al.*, 2022; PACHECO *et al.*, 2022; NEVES *et al.*, 2021), e ainda que com algumas limitações foi possível desenvolver espaços de diálogos com lideranças indígenas aldeadas (CASTRO *et al.*, 2020). As limitações foram de estabilidade, acesso e habilidade, principalmente nos primeiros meses da pandemia (CASTRO *et al.*, 2020; NEVES *et al.*, 2021).

Neste percurso, métodos que envolvem tecnologias ganharam espaço e notoriedade, sendo possível identificar várias ações no ensino superior na área da saúde (NEVES *et al.*, 2021; SCHIMER; BALSANELLI, 2020). E à medida em que a condição sanitária mundial foi avançando, vários processos tiveram que ser revistos, inclusive os projetos desenhados antes da pandemia. Isso provocou adaptações, estudos e ratificou teorias baseadas em interação (PACHECO *et al.*, 2022).

Houve um grande avanço durante os dois primeiros anos de pandemia em relação à notoriedade e protagonismo dos indígenas nos espaços midiáticos (KASEKER; RIBEIRO, 2020). Estes tornaram-se protagonistas das próprias histórias, ainda que com limitações impostas por acesso de tecnologia e de todo o processo histórico de exclusão e iniquidades sociais (KASEKER; RIBEIRO, 2020; SILVA, 2018).

Considerando o ano de 2022 importante para avaliação das ações desenvolvidas para fomentar a Lei das Cotas no ensino superior, espera-se com este artigo trazer à tona pontos que devem ser identificados no processo de formação de estudantes indígenas, assim como possibilitar reflexões acerca dos projetos que podem subsidiar melhores desempenhos, habilidades e competências no advento da profissão. Outrora, parte do princípio de que a interação entre pares é um dos melhores caminhos para o desenvolvimento de potencialidades, pois envolve empatia, colaboração e trabalho em equipe.

O objetivo deste artigo é discutir a interação de estudantes indígenas por meio de inovações mediadas por ferramentas digitais condicionadas a desigualdades tecnológicas e inferências sócio-históricas.

Percurso metodológico

O marco inicial deste estudo foi o desenvolvimento de um projeto de pesquisa sobre a caracterização do ensino superior para o cuidado de populações tradicionais no Brasil, que tinha como objetivo mapear as características da formação de Enfermeiros, sobretudo identificando os de origem indígenas e quilombolas e inseridos no ensino superior por meio das ações afirmativas. Nos primeiros levantamentos já foi possível identificar o déficit de inclusão de atividade curriculares em projetos pedagógicos de Enfermagem (DE CASTRO *et al.*, 2017; CASTRO *et al.*, 2019), assim como em outras áreas de formação do ensino superior (DE CASTRO *et al.*, 2019). As primeiras indicações possibilitaram observar a necessidade de projetos que dessem suporte sobre o tema e seus protagonistas.

Neste sentido, o estudo foi realizado a partir do materialismo histórico dialético em função dos processos históricos sociais envolvidos (GIL, 2019, p. 21). O materialismo histórico dialético defende as interações que envolvem elementos diversos da sociedade e das culturas, considerando que estes são moldados pelos organismos, ambientes e fenômenos, o que se torna fundamental para avaliar ações realizadas em tempos de crise (COSTA, 2016). Na educação tem sido usado como suporte teórico para observar movimentos educacionais e suas relações (FRIGOTTO, 1989; PIRES-PIRES, 1997; MARTINS; LAVOURA, 2018).

O material a ser analisado ocorreu por meio de relatório final de projeto de extensão universitária da Universidade Federal do Pará entre os anos de 2020 e 2021, referente ao edital PROEX, que visa mediar ações entre ensino e comunidades. O projeto de extensão tem como membros discentes indígenas e não indígenas, que seguiram no treinamento de habilidades para competências tecnológicas e construção de tecnologias a fim de mediar educação em saúde. O planejamento foi realizado antes da pandemia da COVID-19, no entanto seu plano foi adequado para as necessidades do Ensino Remoto Emergencial (ERE). No processo de desenvolvimento foram adequados planos de estudo, excluídos os processos presenciais e inserido ferramentas tecnológicas digitais.

Nessa direção, considerou-se o uso do método *Blended-Learning* (BL) para aplicação das ações no percurso do plano de trabalho adaptado à modalidade de ensino. O método BL, ao combinar múltiplas metodologias, desenvolve interação entre pares e, portanto, possibilitou que as ações pedagógicas fossem observadas pelo professor a partir dos perfis envolvidos no projeto. O BL foi potencialmente utilizado no percurso da pandemia da Covid-19, subsidiando de imediato as necessidades do ERE (PEREIRA, 2020; CASTIONI *et al.*, 2021).

A extensão universitária para o protagonismo indígena

A inserção de estudantes indígenas a partir de ações afirmativas no ensino superior é uma das conquistas mais importantes no contexto histórico-social, assim como deve ser entendido como uma das medidas de reparação para diminuir as desigualdades identificadas na história dos povos originários (DOMINGUES, 2005; SANTOS, 2012). Como a promulgação da Lei no ano de 2012, o acesso ao ensino superior tornou-se um espaço para iniciar um processo de inclusão, protagonismo, identidade e das diversidades de povos do Brasil (SANTOS, 2012). O processo de inclusão de indígenas vem acompanhando um movimento de reestruturação do ensino superior observado nos últimos anos desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei n. 9.394, 1996). Logo,

É, urgente e necessária revisão, não apenas histórica, mas, sobretudo, jurídica, ao que se refere à devida reparação legal, política e ética que demanda as sociedades indígenas em relação ao Estado brasileiro (MARTINS, 2015, p. 25).

Neste sentido, quando da inserção de indígenas em espaços e sobretudo de projetos dentro do âmbito acadêmico abre-se espaço para o diálogo, produção de

conhecimento e formação para o pensamento crítico. As vivências também podem ser inseridas como parte do processo de ensino-aprendizagem a partir do imaginário, cultura e diversidade dos discentes (LUNA *et al.*, 2019).

Considera-se também que as ações extensionistas contribuem para práticas interdisciplinares (BRASIL, 2001), principalmente porque possibilitam revisar conceitos, constroem narrativas, partilham saberes, estratégias e superam barreiras a fim de promover diálogos (FERNANDES *et al.*, 2018; LUNA *et al.*, 2019). Ademais, quando da inserção de grupos específicos e com temáticas sobre comunidades tradicionais propõe interlocuções sobre as necessidades das etnias envolvidas (LUNA *et al.*, 2019).

Outro ponto importante é entender como a participação direta de estudantes indígenas nos espaços acadêmicos podem interferir nas políticas de saúde e seus objetos. Ao revisar Ailton Krenak (2020), pode-se observar olhares sobre o cuidado e saúde e suas particularidades a partir da visão dos povos indígenas, que sinalizam apontamentos para entender como o protagonismo indígena é necessário:

As nossas medicinas não têm nada a ver com isso que os não indígenas chamam de medicina; as próprias ideias do corpo, da pessoa, são distintas. E decididamente isso não é uma particularidade dos Kamaiurá, dos Yawalapiti, ou de quem ficou, digamos, escondido em alguma área remota do Brasil. Isso também está na cabeça dos Pankararu que estão ali nas favelas do Morumbi (no Real Parque), nos Truká, nos Fulni-ô, nos Kiriri, nos Kariri-Xocó, pessoal que está no rio São Francisco, lutando há 300 anos. Some, submerge, emerge (KRENAK, 2020, p. 3).

Estas questões emergem duas situações: a necessidade de rever os modelos inseridos nos equipamentos de saúde, em geral atrelados a modelos etnocêntricos e biomédicos que evidenciam o modelo econômico hegemônico (PEDRANA *et al.*, 2018) e a atuação de profissionais engajados e comprometidos em promover mudanças significativas dentro dos fluxos de trabalho para ir ao encontro das necessidades e especificidades de cada etnia.

Outrora, o protagonismo de indígenas a partir de projetos acadêmicos é um dos caminhos para formar profissionais de saúde indígenas que incorporem interpretações históricas a partir de sua visão, desconstruindo narrativas atreladas a preconceitos e discriminação observadas em registros históricos (ALMEIDA *et al.*, 2017). Ademais, o protagonismo do estudante indígena possibilita desenvolver processos educacionais e formativos que revisitem políticas educacionais e de saúde, provocando docentes envolvidos direto e indiretamente (VERA *et al.*, 2011; AMES; ALMEIDA, 2021). Deste

modo, é possível reavaliar discursos, identificar fragilidades sobre o tema nos seus planos de trabalho e reparar nas ações das instituições de ensino superior currículo atrelados a modelos tradicionais e eurocêntricos.

Inovação social, interações e seus impactos

A inovação a partir da universidade envolve sistemas atrelados ao ambiente e sociedade, realizada a partir ações e/ou produtos que agregam diversificados valores, recriam, enfrentam desafios e transformam espaços (AUDY, 2017). A inovação social é uma das soluções que podem afetar diretamente a educação a partir da identificação da necessidade do público-alvo, e portanto, as intervenções realizadas devem trazer soluções que diminuam problemas que afetam indivíduos ou grupos (FARIAS *et al.*, 2021). Destaca-se que:

Inovação envolve a criação de novos projetos, conceitos, formas de fazer as coisas, sua exploração comercial ou aplicação social e a consequente difusão para o restante da economia ou sociedade. A inovação sempre deve ser analisada em um determinado contexto, pois o que pode ser considerado inovação em um contexto pode não ser em outro (AUDY *et al.*, 2017, p. 76).

A partir da compreensão da necessidade de iniciativas que subsidiem a formação dos discentes de ações afirmativas é fundamental que tais estratégias sejam desenvolvidas no âmbito institucional e com inovações. E, ao se pensar em ideias inovadoras a partir de ações proativas, coletivas e colaborativas, orienta-se pela perspectiva holística, o que possibilita interações e considera as questões sócio-históricas dos discentes indígenas participantes de projetos de extensão.

No contexto da pandemia da COVID-19 pode-se afirmar que a ruptura observada pela condição histórica sanitária global gerou mudanças significativas que direcionaram a metodologias de ensino e aprendizagem com uso de recursos de tecnologias digitais. O projeto de extensão universitária necessitou adequar-se à nova realidade. O plano de trabalho antes presencial e articulado para executar ações em territórios de comunidades quilombolas e serviços aos povos indígenas, excluiu a modalidade primeiramente escolhida e seguiu adaptando-se à nova realidade virtual. Foi necessário estudo, desenvolvimento de espaços virtuais interativos e treinamento de habilidades para uso de recursos digitais.

Historicamente, processos de mudanças são identificados nestes contextos e, portanto, é reflexo dessa situação. Notou-se, ao longo do processo de reformulação,

déficits de competências tecnológicas evidenciaram-se, assim como a linguagem técnica. Neste segmento, destaca-se que o agravamento das desigualdades digitais, por exemplo, já é identificado em contextos da educação (MACEDO, 2021; MAGALHÃES, 2021), e a não garantia, ou déficit na conectividade tem sido apontado como fator direto e agravado no ensino remoto (MACEDO, 2021).

Um outro ponto importante para discussão são as interações realizadas entre discentes indígenas e não indígenas. Processos de interação são previstos em modelos sistêmicos que envolvem atividades e, muito presentes em modelos remotos e híbridos (ERGESTRON, 2001; PEREIRA, 2020; CASTIONI *et al.*, 2021).

Há vantagens nas trocas e interações de alunos que vêm de diferentes contextos socioculturais, haja vista que, quando organizado para fins de troca de saberes e fazeres, permite que diferentes discentes conheçam diferentes realidades sociais e culturais, possibilitando olhares mais sensíveis, críticos e reflexivos as políticas públicas específicas aos povos indígenas. Ademais, as relações estabelecidas também são enriquecedoras para os docentes e a instituição envolvida (VERA *et al.*, 2011; AMES; ALMEIDA, 2021).

Destaca-se que a utilização de mediação por tecnologias digitais promove trocas e aproximam indivíduos, ao mesmo tempo que evidenciam as desigualdades de discentes indígenas e não indígenas. Para diminuir essas desigualdades a educação precisa ser igualitária, acessível e equânime (NEVES *et al.*, 2021) Para tanto as ações promovidos no ensino superior devem possibilitar bolsas para grupos em vulnerabilidade social, promover debates sobre o tema e identificar nos projetos pedagógicos a inserção de temas transversais como da cultura Afro-Brasileira e Indígena (AMES; ALMEIDA, 2021). Essas ações são necessárias, pois a formação do estudante indígena é mais árdua, em função do seu processo histórico-social excludente e formativo precário (LIMA, 2018; AMES; ALMEIDA, 2021).

Os impactos na formação dos estudantes indígenas dependem da qualidade das relações no espaço acadêmico que possuem várias inferências, por vezes caracterizadas por falas discriminatórias (AMES; ALMEIDA, 2021). Outrora, sua inserção em projetos problematiza a estrutura do ensino superior, evidenciado conflitos entre mundos diferentes, fazendo circular novas culturas e possibilitando novos arranjos (LISBÔA; NEVES, 2019).

Considerações finais

O estudo apontou que iniciativas que promovem inclusão de discentes indígenas são necessárias para efetivar a Lei das Cotas dentro da Universidade. A condição pandêmica evidenciou esta necessidade, haja vista que foi necessário habilidades com tecnologias digitais para acompanhar o ensino remoto.

Observou-se que os processos de interação social são importantes para docentes, discentes indígenas e não indígenas. O treinamento para habilidades para uso de recursos tecnológicos digitais é essencial para protagonismo na atualidade midiática, assim como do acompanhamento de modalidades de ensino que usam recursos pedagógicos que necessitam de acesso à internet.

Notou-se que apesar das iniciativas da instituição sobre medidas para diminuir as desigualdades de acesso à internet, discentes indígenas ficaram limitados a dados móveis cedidos, por vezes sendo excluídos de processos que precisavam de um maior tempo nas redes e mídias sociais. A interação foi um fator importante para diminuir estas desigualdades em virtude de possibilitar diálogos entre pares.

Faz-se necessário compreender que contextos devem ser considerados ao analisar aplicações de iniciativas dentro das universidades, observando antes, durante e depois a fim de compreender o papel da universidade para com os vulneráveis.

O estudo limitou-se à experiência de um projeto extensionista com discentes de cursos da área de saúde, sendo necessário discutir interações em outras áreas de formação e sobre a interação com docentes. Recomenda-se estudos em outros níveis de formação, haja vista que não são todos os níveis que celebram esta legislação, o que nos revela outro ponto importante para discussão que é a manutenção dos indígenas em outros espaços acadêmicos para além da graduação.

Referências

ALMEIDA, M. R. C. Dossiê: o protagonismo indígena na história: a atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História**, v. 37, n. 75, p. 17-38, ago. 2017. ISSN 1806-9347 versão online. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-02>. Acesso em: 24 fev. 2022.

AMES, V. D. B.; ALMEIDA, M. L. Indígenas e ensino superior: as experiências universitárias dos estudantes Kaingang na UFRGS. **Sociologias**, v. 23, n. 56, p. 244-275, maio 2021. ISSN 1807-0337 versão online. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-98065>. Acesso em: 24 fev. 2022.

AUDY, J. A inovação, o desenvolvimento e o papel da universidade. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 90, p. 75-87, ago. 2017. ISSN 1806-9592 versão online. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.3190005>. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.284, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 out. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus: MEC, 2001.

CASTIONI, R. et al. Universidades federais na pandemia da Covid-19: acesso discente à internet e ensino remoto emergencial. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 29, n. 111, p. 399-419, jun. 2021. ISSN 1809-4465 versão online. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002903108>. Acesso em: 25 fev. 2022.

CASTRO, N. J. C. et al. Articulações da enfermagem frente à pandemia com e para comunidades tradicionais da Amazônia Paraense. In: Teodósio SSS, Leandro SS (org.). **Enfermagem na atenção básica no contexto da COVID-19**. 2. ed. rev. Brasília: Editora ABEn, 2020. p. 61-66. (Série enfermagem e pandemias, 3). Disponível em: <https://doi.org/10.51234/aben.20.e03.c09>. Acesso em: 26 fev. 2022.

CASTRO, N. J. C. Ensino da saúde das populações tradicionais em cursos de graduação em enfermagem. **Enfermagem em foco**, Brasília, v. 10, n. 6, p. 36-41, 2019. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/2258>. Acesso em: 26 dez. 2021.

CAVALCANTI, I. T. N. et al. Desempenho acadêmico e o sistema de cotas no ensino superior: evidência empírica com dados da Universidade Federal da Bahia. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 24, n. 1, p. 305-327, maio 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-407720190001000016>. Acesso em: 26 dez. 2021.

COSTA, E. M. Materialismo histórico-dialético como fundamento da psicologia histórico-cultural: método e metodologia de pesquisa. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 20, n. 2, p. 393-396, ago. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3539201502021083>. Acesso em: 22 fev. 2022.

DE CASTRO, N. J. C. et al. Inclusão de disciplinas em graduação de enfermagem sobre populações tradicionais amazônicas. **Cogitare Enfermagem**, [s. l.], v. 22, n. 2, jun. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/49730>. Acesso em: 16 mar. 2022.

DE CASTRO, N. J. C. et al. Reflexões acerca da assistência e ensino à saúde de populações tradicionais: inclusão e cenários. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 11, n. 6, p. e556-e556, mar. 2019. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/556>. Acesso em: 16 mar. 2022.

DOMINGUES, P. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. **Revista Brasileira de Educação**, n. 29, p. 164-176, out. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000200013>. Acesso em: 16 mar. 2022.

ENGESTROM, Y. Expansive learning at work: toward an activity theoretical reconceptualization. **Journal of Educational and Work**, v. 14, n. 1, 133-56, 2001.

FARIAS, L. R. C.; PAMPEU, R. M.; MARQUESAN, F. F. S.; HOLANDA, M. M. A universidade como ambiente de inovação social em tempos de pandemia. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, [s. l.], v. 10, n. 19, p. e65786, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/65786>. Acesso em: 16 mar. 2022.

FERNANDES, R. M. C et al. O que é ser índio? Afirmação indígena no espaço acadêmico pelos caminhos da extensão. **Revista da Extensão-UFRGS**, n. 17, p 20-25, dez. 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/revext/issue/view/3669/showToc>. Acesso em: 22 fev. 2022.

FRIGOTTO, G. O. enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989. p. 69-90.

GABRIEL, C. T.; MOEHLECKE, S. Conexões de saberes: uma outra visão sobre o ensino superior. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 1, n. 2, p. 129-137, 2006. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1500>. Acesso em: 10 fev. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 248 p.

GUARNIERI, F. V.; MELO-SILVA, L. L. Cotas universitárias no Brasil: análise de uma década de produção científica. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 2, p. 183-193, ago. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3539201702121100>. Acesso em: 23 fev. 2022.

KARRUZ, A. P; MELLO, C. Aspirações pelo ensino superior público e a lei das cotas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 51, p. e07274, jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053147274>. Acesso em: 23 fev. 2022.

KASEKER, M. P.; RIBEIRO, L. F. O audiovisual como arma de defesa indígena em tempos de COVID-19. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, v. 18, n. 40, p. 183-198, 2020.

KRENAK, A. Reflexão sobre a saúde indígena e os desafios atuais em diálogo com a tese “Tem que ser do nosso jeito”: participação e protagonismo do movimento indígena na construção da política de saúde no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 29, n. 3, p. e200711, mar. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020200711>. Acesso em: 24 fev. 2022.

LIMA, A. C. S. Ações afirmativas no ensino superior e povos indígenas no Brasil: uma trajetória de trabalho. **Horizontes Antropológicos**, v. 24, n. 50, p. 377-448, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832018000100013>. Acesso em: 23 fev. 2022.

LOPES, R. A.; SILVA, G. H. G.; FERREIRA, E. B. A Lei de Cotas e o acesso à Universidade Federal de Alenas por estudantes pertencentes a grupos sub-representados. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 102, n. 260, p. 148-176, jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.102.i260.3961>. Acesso em: 26 dez. 2021.

LUNA, W. F. et al. Projeto de Extensão Iandé Guatá: vivências de estudantes de medicina com indígenas Potiguara. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, p. e180576, jul. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.180576>. Acesso em: 24 fev. 2022.

LUNA, W. F.; TEIXEIRA, K. C.; LIMA, G. K. Mapeamento e experiências de indígenas nas escolas médicas federais brasileiras: acesso e políticas de permanência. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, p. e200621, jul. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.200621>. Acesso em: 23 fev. 2022.

MACÊDO JÚNIOR, A. M. *et al.* Pandemia e ensino remoto emergencial: os desafios vivenciados pelos professores em uma Escola Pública de Macaíba/RN. **Educationis**, v. 9, n. 2, p. 24-33, ago. 2021. Disponível em: <https://sustenere.co/index.php/educationis/article/view/CBPC2318-3047.2021.002.0003>. Acesso em: 23 fev. 2022.

MAGALHÃES, R. C. S. Pandemia de COVID-19, ensino remoto e a potencialização das desigualdades educacionais. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 28, n. 4, p. 1263-1267, jul. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702021005000012>. Acesso em: 23 fev. 2022.

MARTINS, F. E. S. A justiça distributiva como práxis da comissão nacional da verdade: uma possibilidade de reparação às sociedades indígenas no Brasil. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, v. 3, n. 5, p. 4-28, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/3071>. Acesso em: 2 mar. 2022.

MARTINS, L. M.; LAVOURA, T. N. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**, v. 34, n. 71, p. 223-239, out. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/75VNGFj5PH5gy3VsPNp3L6t/?lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2022.

MATOS, M. dos S. *et al.* O impacto do Programa de Inclusão Social da Universidade de São Paulo no acesso de estudantes de escola pública ao ensino superior público gratuito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 235, p. 720-742, dez. 2012.

NASCIMENTO, M. T. A. do *et al.* Instrumento de guia para pesquisa com construção amazônica a partir das determinações sociais em saúde. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 11, n. 2, p. e45711226124-e45711226124, jan. 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/26124/22755/303122>. Acesso em: 20 fev. 2022.

NEVES, V. N. S. *et al.* Utilização de lives como ferramenta de educação em saúde durante a pandemia pela COVID-19. **Educação & Sociedade**, v. 42, e240176, mar. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.240176>. Acesso em: 23 fev. 2022.

OLIVEIRA, J. F. de *et al.* Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F. de; MOROSINI, M. (org.). **Educação superior no Brasil: 10 anos pós-LDB**. Brasília: Inep, 2008. p. 71-88.

PACHECO, W. S. *et al.* Atividade colaborativa para o ensino-aprendizagem sobre atenção básica à saúde. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 2, p. e31911225838-e31911225838, jan. 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i2.25838>. Acesso em: 10 fev. 2022.

PEDRANA, L. *et al.* Análise crítica da interculturalidade na Política Nacional de Atenção às Populações Indígenas no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 42, p. e178, out. 2018. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/49558>. Acesso em: 10 dez. 2021.

PEREIRA, J. A. O ensino com ênfase na aprendizagem colaborativa: reflexão sobre uma experiência na disciplina de teoria do conhecimento. **Educação por Escrito**, v. 11, n. 2, p. 1-13, nov. 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito/article/view/30993>. Acesso em: 10 dez. 2021.

PIRES-PIRES, M. F. C. O materialismo histórico-dialético e a Educação. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 1, n. 16, ago. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/RCh4LmpxDzXrLk6wfr4dmSD/?lang=pt>. Acesso em: 4 jan. 2022.

QUEIROZ, Z. C. L. S. et al. A lei de cotas na perspectiva do desempenho acadêmico na Universidade Federal de Uberlândia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 96, n. 243, p. 299-320, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2176-6681/339112863>. Acesso em: 2 dez. 2021;

REIS, S. M. Á. **Avaliação comparativa do desempenho de alunos admitidos na Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia (Foufu) via vestibular e via Paies no período de 2000/1 a 2003/2**. 2006. 253 f. Dissertação (Mestrado em Odontologia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

SANTOS, A. P. Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: dos ecos de Durban à Lei das Cotas. **Revista de Ciências Humanas**, v. 2, p. 289-317, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/3445>. Acesso em: 2 dez. 2021.

SCHIRMER, J.; BALSANELLI, A. P. Estratégias de enfrentamento durante a pandemia da COVID-19 em uma instituição de ensino superior de Enfermagem. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 33, dez. 2020. Disponível em: <https://acta-ape.org/article/estrategias-de-enfrentamento-durante-a-pandemia-da-covid-19-em-uma-instituicao-de-ensino-superior-de-enfermagem>. Acesso em: 2 dez. 2021.

SENKEVICS, A. S.; MELLO, U. M. O perfil discente das universidades federais mudou pós-lei de cotas? **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, n. 172, p. 184-208, jul. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053145980>. Acesso em: 2 dez. 2021.

SILVA, B. C. M.; XAVIER, W. S.; CALBINO, D. Política de cotas e meritocracia: uma análise da percepção de professores universitários. **Dados revistas ciências sociais**, v. 65, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/MWS4gGwkkN387KHC4JcxZtd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 dez. 2021.

SILVA, F. C. Mulheres indígenas e os espaços midiáticos: uma reflexão sobre silenciamento, memória e resistência. **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**, v. 18, n. 2, p. 23-41, 2018. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo2092027-mulheres-ind%C3%ADgenas-e-os-esp%C3%A7os-midi%C3%A1ticos-uma-reflex%C3%A3o-sobre-silenciamento-mem%C3%B3ria-e-resist%C3%A2ncia. Acesso em: 2 dez. 2021.

SILVA, P. H. S. et al. Educação remota na continuidade da formação médica em tempos de pandemia: viabilidade e percepções. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 45, n. 1, fev. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v45.1-20200459>. Acesso em: 23 fev. 2022.

STORCH, C. A. A.; TAMBORIL, M. I. B. Políticas de formação e carreira docente indígena em contexto amazônico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, out. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225569>. Acesso em: 22 fev. 2022.

TREVISOL, J. V.; NIEROTKA, R. L. Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência. **Revista Katálisis**, v. 19, n. 1, p. 22-32, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/TJkmTvBNS5tr3TPXQtvbRMs/?lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2022.

VALÉRIO, A. C. O. et al. Racismo e participação social na universidade: experiências de estudantes negras em cursos de saúde. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 29, out. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/fbwzQ9vmJtzyhwMmxGgyNwy/?lang=pt>. Acesso em: 26 dez. 2021.

VERA, I.; AVERSI-FERREIRA, T. A.; LUCCHESI, R. A experiência do professor orientador de estudante indígena em enfermagem. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 24, n. 2, p. 289-293, out. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002011000200021>. Acesso em: 23 fev. 2022.